



**observatório
universitário**

Segurança versus Insegurança

Documento de Trabalho n.º 19
Série Estudos de Políticas Públicas

David Morais

Agosto de 2003



O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa**, que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série **Documentos de Trabalho** tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

David Morais

dmorais@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Morais

Enrico Martignoni

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Vitor Peixoto

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

[e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br](mailto:observatorio@observatoriouniversitario.org.br)

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

Segurança versus Insegurança

Trabalhos realizados por diversos institutos de pesquisas têm apontado a emergência de um problema social muito mais candente do que a espiral crescente da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiro: a sensação de insegurança em transitar ou mesmo morar nessas urbes modernas.

Recente levantamento junto à população carioca, sob o impacto dos recentes acontecimentos ocorridos no interior da Universidade Estácio de Sá, realizado pelo Databrasil e seu Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal (NESPC), revelou um quadro preocupante no que diz respeito à percepção dos seus habitantes sobre a violência na cidade, bem como em relação à avaliação que fazem da atuação da polícia. Os órgãos de segurança pública, que deveriam ser as instituições responsáveis pela proteção dos cidadãos, é percebida muitas vezes, como fonte de insegurança e descrédito, como ficou demonstrado através do posicionamento de grande parte dos entrevistados em considerarem a atuação policial militar elemento contributivo no aumento da violência.

Deste modo, o Rio de Janeiro não mais se apresenta como a cidade cantada em verso e prosa como “maravilhosa”. Perde aos poucos o seu glamour. As percepções negativas sobre a cidade e, em alguns casos, sobre o bairro em que se vive, trazem conseqüências concretas para a vida dos moradores, traduzidas em mudanças de comportamento e em medidas específicas destinadas a uma maior autoproteção. Estas medidas em geral consistem em prestar mais atenção às pessoas, um maior medo ao sair às ruas: andar mais atento; evitar certos lugares; ou mesmo atitude extrema de não mais sair à noite.

Devemos, entretanto, salientar, que tais atitudes preventivas, à medida que cresce a sensação de insegurança, podem vir a dar lugar a comportamentos

mais ostensivos de caráter repressivo e/ou reativo, que só farão agravar o quadro já complexo da segurança pública: um exemplo dessa situação é o acelerado crescimento dos serviços de segurança privada e monitoramento por satélites de veículos, o porte de arma (legal ou ilegal), a reação violenta a situações adversas do cotidiano.

A motivação para a adoção de tais medidas possui um fundamento de ordem subjetivo, associado ao sentimento generalizado de insegurança, presente em todos os segmentos sociais, mas também corresponde à existência de ameaças reais. É considerável o número de casos em que os entrevistados expressam o medo de estarem em locais sujeita a ocorrência de tiroteios ou mais explicitamente: o medo da bala perdida. A grande maioria relatou casos de assaltos, em sua acepção genérica (85%). Diante deste quadro, é importante observar que o sentimento de insegurança da população não é destituído de fundamento, embora nem sempre seja possível estabelecer uma correspondência imediata entre os locais de maior incidência de crimes e os locais avaliados como mais violentos pela população.

As medidas de auto-proteção em geral são tomadas por conta própria e estão relacionadas principalmente com o descrédito da população em relação à atuação dos órgãos de segurança pública. Coloca-se aqui mais uma vez a necessidade de se analisar e buscar soluções para o grave e recorrente problema do envolvimento de policiais civis e militares em atividades criminosas, corroendo enormemente a legitimidade destes órgãos junto à população.

O medo da violência somente tenderá a diminuir a partir do momento em que houver um fluxo confiável de informações da polícia para a comunidade: uma análise dos dados sobre os padrões e tendências da criminalidade local e quais as medidas mais adequadas para preveni-las, supondo assim maior capacidade de autoproteção da população. E, principalmente, um maior empenho por parte dos órgãos de segurança pública em mudar a percepção da população quanto à atuação policial, de modo a ser

vista pelos cariocas como um órgão legítimo e confiável, o que desemborcaria no incremento da obediência generalizada à lei, inclusive por parte dos policiais que a violam.

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

David de Moraes

Doutor em Geografia pela UFRJ, mestre em Sociologia pelo IUPERJ, graduado em ciências sociais pela UFMG. Assessor da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Realiza pesquisas na área de políticas públicas, com ênfase em políticas do ensino superior e segurança pública. Realiza consultorias a empresas e instituições públicas e privadas. Autor de artigos na área de Ciências Sociais.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. *Série Estudos de Políticas Públicas*, outubro de 2001; também publicado em *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, fevereiro de 2003.
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo?**, Edson Nunes. Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.

11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título "Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios". Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.